

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011

Fevereiro de 2012
Este relatório contém 19 páginas



CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados
	Demonstração do rendimento integral
	Balanço
	Demonstração das alterações no capital próprio
	Demonstração dos fluxos de caixa
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos
Nota 2	Gastos com o pessoal
Nota 3	Outros rendimentos e ganhos
II.4	Notas ao balanço
Nota 4	Participações financeiras
Nota 5	Caixa e depósitos bancários
Nota 6	Capital, reservas legais e resultados transitados
Nota 7	Estado e outros entes públicos
II.5	Outras notas
Nota 8	Transações com partes relacionadas
Nota 9	Justo valor
Nota 10	Passivos contingentes e compromissos
Nota 11	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
III	Relatório dos auditores

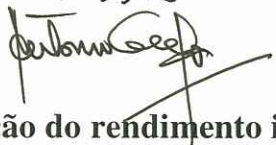
I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2011	2010
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	7.000.000	-
Fornecimentos e serviços externos	1	(58.920)	(60.858)
Gastos com o pessoal	2	(30.157)	(29.875)
Outros rendimentos e ganhos		-	1.564
Outros gastos e perdas		(53)	(91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.910.870	(89.260)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.910.870	(89.260)
Juros e gastos similares obtidos	3	3.403.646	2.721.388
Resultado antes de impostos		10.314.516	2.632.128
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(909.668)	(711.326)
Resultado líquido do exercício		9.404.848	1.920.802

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toe 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	9.404.848	1.920.802
Total do rendimento integral	9.404.848	1.920.802



Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2011	2010
Ativo não corrente			
Participações financeiras	4	999.953.125	999.953.125
		999.953.125	999.953.125
Ativo corrente			
Acionistas/sócios	8	98.200.000	86.599.736
Outras contas a receber		15.813	9.128
Caixa e depósitos bancários	5	3.003.473	4.969.442
		101.219.286	91.578.306
Total do Ativo		1.101.172.411	1.091.531.431
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas legais		7.717.054	7.621.014
Resultados transitados		83.621.593	81.796.831
Resultado líquido do exercício		9.404.848	1.920.802
Total do capital próprio	6	1.100.745.870	1.091.341.022
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	7	424.147	187.152
Acionistas/sócios		72	0
Outras contas a pagar		2.322	3.257
Total do passivo		426.541	190.409
Total do Capital Próprio e Passivo		1.101.172.411	1.091.531.431

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
TOC 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur				
	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	1.000.002.375	6.708.628	64.461.491	18.247.726	1.089.420.220
Transferência de resultados	-	912.386	17.335.340	(18.247.726)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.920.802	1.920.802
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.000.002.375	7.621.014	81.796.831	1.920.802	1.091.341.022
Transferência de resultados	-	96.040	1.824.762	(1.920.802)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	9.404.848	9.404.848
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.000.002.375	7.717.054	83.621.593	9.404.848	1.100.745.870

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	9.404.848	1.920.802
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	236.995	(413.606)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	(11.606.949)	1.035.784
Credores diversos	(863)	(583)
	(1.965.969)	2.542.397
Fluxos de caixa de atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	(1.965.969)	2.542.397
Caixa e equivalentes no início do período	4.969.442	2.427.045
Caixa e equivalentes no final do período	3.003.473	4.969.442

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Sociedade'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, Artº 4º, a Sociedade adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de fevereiro de 2012.

Em 2011 a Millenniumbcp Ageas adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 11. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Millenniumbcp Ageas exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) *Ativos financeiros*

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação como empréstimos concedidos e contas a receber.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Millenniumbcp Ageas ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sujeitos a testes de imparidade.

d) *Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem*

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

e) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) *Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

h) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto

aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

i) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (1) a Millenniumbcp Ageas tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas

j) *Reconhecimento de rendimentos de serviços*

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

k) *Reconhecimento de juros*

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

l) *Dividendos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Millenniumbcp Ageas são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Millenniumbcp Ageas é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Millenniumbcp Ageas poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias

A Millenniumbcp Ageas efetua o teste de imparidade dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor atual dos *cashflows* esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Millenniumbcp Ageas.

Impostos sobre os lucros

A Millenniumbcp Ageas encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pela Millenniumbcp Ageas, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração Millenniumbcp Ageas, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

9

9

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos incluem maioritariamente o montante de Euros 56.836 (2010: Euros 59.367) relativos a trabalhos especializados.

Nota 2 – Gastos com pessoal

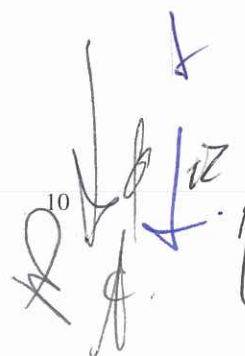
Os gastos com pessoal referem-se em 2011 e 2010 na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 3 – Juros e gastos similares obtidos

Os juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2011	2010
Juros de empréstimos de financiamento	3.311.506	2.682.511
Juros de depósitos bancários	92.140	2.172
Juros de obrigações	-	36.705
Total	3.403.646	2.721.388

Em 2011 e 2010, os Juros de empréstimos de financiamento referem-se aos empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., conforme nota 8.



II.4 Notas ao balanço

Nota 4 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as empresas subsidiárias da Millenniumbcp Ageas eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade Económica	Capital (Euro)	% participação do Grupo
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	Seguros	12.500.000	100
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	Seguros de Vida	22.375.000	100
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	Seguros	12.000.000	100
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	Gestão de Fundos de Pensões	1.200.000	100

O valor das participações financeiras da Millenniumbcp Ageas nas suas subsidiárias, são analisadas como segue:

	Euros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	864.952.375
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	80.000.000
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	30.000.000
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	25.000.000
	<u>999.952.375</u>

Como referido nas políticas contabilísticas, a Millenniumbcp Ageas efetuou uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 4 anos de cada uma das unidades de negócio, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 13,7% (2010: 11%).

Adicionalmente, na rubrica de participações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontra-se registado o montante de Euros 750, relativo à participação detida na Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E.

Nota 5 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 6 – Capital, reservas legais e resultados transitados

Capital

O capital da Millenniumbcp Ageas, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., de Euros 1.000.002.375, representado por 200.000.475 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Millenniumbcp Ageas são como segue:

	Nº ações	% participação
Banco Comercial Português, S.A. (*)	98.000.233	49
Ageas Insurance International, N.V.	102.000.242	51
	200.000.475	100

(*) Através do BCP Investments BV, detido a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Nota 7 – Estado e outros entes públicos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado pela Sociedade com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2010: 29%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade correspondem na totalidade a impostos correntes, ascendendo respetivamente a Euros 424.147 e Euros 187.152.

Com relação ao imposto corrente sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010, no montante de Euros 909.668 e Euros 711.326, a reconciliação da respetiva taxa é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2011	2010
Resultado antes de impostos	10.314.516	2.632.128
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.991.210	763.317
Dividendos excluídos de tributação	(2.030.000)	-
Outras diferenças permanentes	(51.542)	(51.991)
	909.668	711.326

II.5 Outras notas

Nota 8 - Transações com partes relacionadas

A análise das transações com partes relacionadas em 2011 e 2010, é analisada como segue:

Balço	Eur '11					
	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médis	Pensões gere	Total
Participações financeiras	750	864.952.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	999.953.125
Empréstimos concedidos	-	98.200.000	-	-	-	98.200.000
Caixa e depósitos bancários	3.003.473	-	-	-	-	3.003.473
Total ativo	3.004.223	963.152.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.101.156.598
Total passivo	-	-	-	-	-	-
Líquido ativo/passivo 2011	3.004.223	963.152.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.101.156.598
Líquido ativo/passivo 2010	4.970.192	951.552.111	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.091.522.303

Demonstração de resultados	Eur '11					
	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médis	Pensões gere	Total
Dividendos	-	-	-	-	7.000.000	7.000.000
Juros de depósitos	92.140	-	-	-	-	92.140
Juros de empréstimos	-	3.311.506	-	-	-	3.311.506
Total rendimentos	92.140	3.311.506	-	-	7.000.000	10.403.646
Total gastos	-	-	-	-	-	-
Líquido rendimentos/gastos 2011	92.140	3.311.506	-	-	7.000.000	10.403.646
Líquido rendimentos/gastos 2010	2.172	2.682.511	-	-	-	2.684.683

As transações com Partes relacionadas, que não relativas à distribuição de dividendos, foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 9 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Millenniumbcp Ageas são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 10 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 11 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em maio de 2010, o IASB publicou o "Annual Improvement Project," o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações será de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

A Sociedade não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, em outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando

que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

- A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor ("*Fair Value option*") serão reconhecidas em "*Other Comprehensive income*" (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Sociedade está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de "*facto control*".

Dois principais objetivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) "*Joint operations*"; e 2) "*Joint ventures*".

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

- Princípios que estão na base de um justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização dos justos valores; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para joint ventures.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - "Offsetting" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração IAS 32 - "Offsetting" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- O critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- O critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Tor 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

